TVs universitárias nas capitais: cenário e perspectivas para o campo público[1]

Carine PREVEDELLO[2]

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

Na perspectiva da Economia Política da Comunicação, o artigo apresenta resultados de pesquisa sobre a estruturação de núcleos de produção audiovisual nas universidades federais das capitais brasileiras. Inseridas no campo público de emissoras, as televisões universitárias estão em expansão no país desde a regulamentação das operações de tv por assinatura, e representam uma alternativa para a democratização audiovisual. Por serem emissoras ligadas a instituições públicas de ensino superior, identifica-se na programação uma relação com o interesse público como temática e como proposta de padrão tecno-estético.

Palavras-chave

Televisão universitária; interesse público; democratização.

O campo público de televisão

O segmento das emissoras de televisão públicas no Brasil é constituído por uma diversidade de modelos de estruturação, transmissão e finalidade. A Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (Abepec) não engloba as tvs universitárias e comunitárias, mas os dois grupos são reconhecidos pelos Ministérios das Comunicações, Cultura e Educação como públicos. O Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado desde 2006, congrega, além da Abepec, a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU), a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL) e a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM).

> As TVs públicas no Brasil configuram um campo complexo e instigante. Apesar de ter em comum uma "aura pública", são canais com características bem distintas, processos próprios de construção e consolidação. Apresentam origens, práticas e objetivos distintos. São produzidas em condições políticas, administrativas e técnicas

[1] Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutoranda em Comunicação pelo PPGCom da Unisinos, Diretora de Programas da TVCampus/UFSM, e-mail: carineprev@gmail.com.

> próprias, além de sofrerem diferentes regulamentações. (TORRES, 2009, p.29)

A terminologia relacionada ao setor reúne as TVs educativas, concessões em canal aberto UHF e VHF, e os chamados "canais de acesso público", definidos pela Lei 8977, que regulamentou a televisão a cabo. A diferenciação está contemplada na legislação que referenda o funcionamento dos diferentes pólos do campo público: as emissoras educativas são regidas pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117), enquanto a Lei da TV a cabo abrange os canais legislativos, executivos, judiciários, universitários, comunitários e educativos localizados na tv por assinatura.

A organização do cenário brasileiro de televisão pública, no entanto, não é tão objetiva quanto a essas classificações. A caracterização de emissora pública pode ser questionada em vários dos grupos integrantes do chamado "campo público". Entre as emissoras universitárias, há uma presença maciça de núcleos de produção audiovisual ligados a instituições privadas, muitos ocupando canais de acesso público sem que tenham condição legal para tanto. São os casos de instituições não reconhecidas como universidades, portanto, não passíveis do direito de ocupar o canal universitário, beneficiadas por acordos políticos entre grupos de entidades que administram as operações. Para além dessa ilegalidade, a Lei 8977 estabelece que essas emissoras tem de estar ligadas e mantidas por instituições sem fins lucrativos, o que não se aplica a vários dos centros universitários, faculdades ou entidades travestidas do caráter comunitário, que ocupam esses espaços.

Embora a situação seja mais comum na TV a cabo, pela maior facilidade em negociar a operação de canais compartilhados, esse também é um problema aplicado às emissoras educativas. O caso da Ulbra TV, em Porto Alegre (RS), é emblemático: trata-se de uma concessão de canal de televisão educativo em sinal UHF, servindo a interesses particulares, veiculando publicidade e estruturado em uma grade de programação comercial, ancorada por programas desvinculados de relação com a universidade, direcionados ao gerenciamento e rentabilidade de seus produtores. Dessa forma, é preciso reconhecer que o caráter público dos canais universitários, assim como das Tvs públicas em geral, tem de ser problematizado, por estar marcado por uma série de conflitos já característicos da conformação do campo da Comunicação no Brasil: a presença de negociações políticas escusas e a prevalência do interesse comercial em detrimento do público.

Ainda, no entanto, que essas situações tenham de ser consideradas, não invalidam o reconhecimento das TVs universitárias, bem como as TVs comunitárias e públicas, como um espaço privilegiado para a produção de conteúdos com forte relação local-regional e de exercício da cidadania. Se os canais comerciais têm um vínculo obrigatório com a manutenção de patrocinadores, o que está, por sua vez, relacionado à audiência, os canais públicos tornam-se o meio de suprir a demanda por programação alternativa: educativa, cultural, científica e relacionada à cidadania.

> [...] a TV pública é uma janela de acesso estratégico para o contato da população com a mais vasta gama de bens e serviços culturais, constituindo um canal privilegiado para a valorização e a universalização do patrimônio simbólico nacional. A rede de emissoras públicas é uma opção de grande potencial como veículo difusor da produção audiovisual oriunda dos distintos agentes culturais da sociedade, assegurando a expressão de nossa rica diversidade cultural, assegurando a prática da democracia. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p.9)

Trava-se, diante dessa realidade, um dos principais dilemas da área de mídia: o conflito entre o interesse público, característico das atividades de comunicação, e o interesse privado, representado pelas instituições administradoras do negócio-mídia. A compreensão de que a possibilidade de abrir perspectivas à produção de conteúdos que possam ancorar uma programação diferenciada, baseada em valores não-majoritários, interessada em noções como cidadania e identidade local, é o que mantém o entendimento da necessidade de garantias legislativas para os canais transmissores e produtores de uma grade alinhada a um padrão alternativo.

Sob a ótica da Economia Política da Comunicação, torna-se indissociável da análise das televisões universitárias, identificadas com um segmento alternativo e de interesse educativo-cultural, a avaliação das variáveis econômicas e políticas que determinam esse lugar de subalternidade à produção das instituições de ensino superior (IES). Conforme sentecia Mosco, trata-se "do estudo das relações sociais, particularmente das relações de poder, que definem a produção, distribuição e o consumo de recursos" (MOSCO, 1996, p.25). Essa complexa teia de fatores está decisivamente relacionada à construção do padrão tecno-estético, ao se entender, por esse conceito, "uma configuração de técnicas, de formas estéticas, de estratégias, de determinações estruturais, que definem as normas de produção cultural historicamente determinadas de uma empresa ou de um produtor cultural particular" (BOLAÑO, 2000,

p.234). Trata-se de um conjunto de valores definidores das escolhas editoriais de um determinado veículo de comunicação, imediatamente reconhecidas pelo público.

O padrão tecno-estético é uma das principais barreiras à entrada de novos produtos audiovisuais, identificadas no mercado televisivo concomitantemente à barreira político-institucional mantida pelos órgãos estatais. As limitações de espaço para as produções locais à televisão paga e a previsão de grades compartilhadas propostas para a televisão digital, como será exposto a seguir, são indicativos desse sistema que mantém a concentração de poder simbólico e econômico às grandes corporações:

> tendo em vista este processo de oligopolização, apresenta-se duas barreiras específicas das companhias midiáticas, particularmente aquelas relacionadas com os sistemas televisivos, a político-institucional e a estético-produtiva, a primeira decorrente do processo de regulamentação e a segunda relacionada aos padrões tecno-estéticos. (BRITTOS, 2004, p. 18)

A busca por informações e coberturas que retratem a realidade local encontra um viés de credibilidade e legitimação sob a simbologia da universidade pública, que significa, em tese, descompromisso com quaisquer objetivos que não sejam de interesse educativo, cultural ou científico. Inserem-se nessa gama os valores editoriais norteadores das televisões universitárias, capazes de definir a opção por um padrão tecno-estético alternativo, não simplesmente pela rejeição aos modelos comerciais – o que não é evidente -, mas principalmente pelas diferentes oportunidades, em maximizar o tempo local e explorar formatos diferenciados.

Um conceito político de televisão universitária

São recentes e escassos os estudos acerca dos núcleos audiovisuais ligados a instituições de ensino. Em pelo menos dois levantamentos, realizados pela ABTU para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pelo Fórum Nacional de TVs Públicas, o conceito de televisão universitária é discutido. Ainda que incorpore prioritariamente uma relação de protocolo de intenções, procurando minimizar o conflito entre as finalidades das instituições públicas e privadas, a ABTU define que:

> a TV universitária é produzida no âmbito das instituições ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão, independente da natureza de sua propriedade. É feita com a participação de estudantes, professores e funcionários e tem uma programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética. (PEIXOTO, PRIOLLI, 2006, p.6)

Uma das razões para abarcar a multiplicidade de instituições de ensino superior entre as potencialmente habilitadas a estruturar núcleos audiovisuais, proposta por essa conceituação, está expressa na reivindicação política encaminhada pela ABTU desde o final dos anos 1990: a inclusão de centros universitários e faculdades como entidades capacitadas a estruturar emissoras e integrar canais de utilização básica gratuita na tv a cabo. Tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que visa alterar a redação da Lei 8977, que hoje permite apenas às universidades obter licença para operação. Entretanto, essa é uma determinação que vem sendo sistematicamente burlada, principalmente através dos canais compartilhados, e em municípios onde há uma espécie de convênio firmado entre uma universidade e as demais instituições de ensino superior.

A dimensão política, entretanto, não se aplica somente no aspecto da negociação de gestão e ocupação do canal, mas também – e talvez principalmente – na formulação de um propósito de articulação da finalidade das televisões universitárias como emissoras de interesse público, ou seja, associadas ao segmento das tvs públicas, congregando assim algumas características comuns, mas sobretudo princípios e objetivos. Para Bucci (apud MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006), a tv pública deveria agregar quatro bandeiras éticas, que seriam: desenvolvimento de formatos de sensibilidade sofisticada ou ampliada, rejeição às fórmulas do entretenimento, a busca do conteúdo não explorado pela tv comercial e trabalhar pela emancipação do telespectador como cidadão, ao invés de perseguir índices de audiência:

> Essas bandeiras trarão público para ela? Seguramente. Aliás, a falta de público não deveria assustá-las, pois tem sido a sua rotina. Para a TV pública, só um caminho é possível: não competir com a televisão privada. Fora disso, ela até poderá prestar bons serviços para a indústria do entretenimento, mas não terá valor nenhum para a democracia, para a cultura e para os olhos que se abrem diante dela. Mais que tudo, não terá valor para si mesma. (BUCCI apud MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006, p.19)

Considerando-se a pertinência dos tópicos apresentados pelo autor, e a justificativa para a crítica ao conceito defendido pela ABTU, propõe-se

operacionalmente um conceito de televisão universitária que preserve a dimensão política na sua relação com o interesse público, mas assegure ainda uma exigência mínima estrutural-produtiva que garanta formulação de grade própria e o enquadramento legal dessas emissoras pelas legislações vigentes. Tem-se então, por televisão universitária, uma emissora instituída, gerida e mantida por universidade pública, ou sem fins lucrativos, formada por estudantes, professores e funcionários, capaz de produzir uma grade exclusiva de programação com a finalidade de retratar atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, bem como servir à representação da diversidade cultural e peculiaridades regionais em que está inserida, explorando novos formatos audiovisuais e temáticas que a consolidem como uma alternativa ao padrão tecno-estético hegemônico.

Tvs universitárias: expansão e cenário

Pouco menos de 20 anos depois de inaugurada a televisão no Brasil, em 1968, surgia o primeiro canal de televisão universitário, a TV Universitária Recife, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Ligados majoritariamente a TVs públicas, como TVE e TV Cultura, que possibilitavam o fechamento de uma grade diária de programação nos intervalos de ausência de produção própria, as TVs universitárias foram gradativamente diferenciando-se e estabelecendo uma produção audiovisual independente. A TV Campus, canal de televisão da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em atividade desde 1995, hoje transmite conjuntamente a programação de um centro universitário local, sendo considerada a primeira no Brasil, seguida da UniTV, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, a estruturar uma grade contínua de programas locais, no final dos anos 1990.

A partir dessa década, houve uma profusão de canais operando através de instituições de ensino superior (IES), impulsionados pela Lei 8977, criada em 1995 (conhecida como Lei da TV a cabo, que obriga as concessionárias a disponibilizar um canal para a veiculação dos programas audiovisuais universitários). "Um canal de TV assegurado por lei, e gratuito, mostrou-se um estímulo poderoso, motivando inúmeras IES a se aventurarem no campo da comunicação audiovisual" (PEIXOTO, PRIOLLI, 2004, p.5).

A relevância de uma programação audiovisual que trabalhe a imagem institucional da universidade pode ser comprovada ao se comparar o número de emissoras operando em universidades privadas e públicas no Brasil. A ABTU, maior entidade representativa do setor no Brasil, reconhece hoje 48 canais universitários no país. Destes, 37 são de universidades particulares, e apenas 11 ligados a universidades federais ou regionais. Paralela à ABTU, a Abepec congrega as emissoras estaduais retransmissoras da TV Brasil e TV Cultura, junto a três canais universitários (UFPE, UFRN e Fundação Universidade do Tocantins).

> São contabilizados até o momento, pelo menos 31 canais de cabodifusão mantidos por 64 Instituições de Ensino Superior, sendo 11 canais compartilhados por várias Universidades, a exemplo do CNU – Canal Universitário de São Paulo, e 20 canais exclusivos, ou seja, ocupados por apenas uma Instituição de Ensino Superior. Operando em radiodifusão, temos mais 12 canais, dirigidos por outras nove Instituições. Com exibição de suas programações em canais abertos e fechados (cabodifusão e radiodifusão) há 36 canais, ligados a 13 Instituições de Ensino Superior. Em MMDS (microondas) existe a TV FAG, de Cascavel (PR). Ao todo, são 85 instituições de Ensino Superior ocupando 73 canais de televisão no Brasil. (PEIXOTO, PRIOLLI, 2004, p.5)

Entre as 27 instituições federais de ensino superior (IFES) situadas nas capitais de unidades federativas brasileiras, 18 possuem canal de televisão (Tabela 1). Dessas, duas são associadas à Abepec, e apenas outras quatro são vinculadas à ABTU (TV UFAM, TV UFSC, TV UFPB e TV USP), restando 12 dos mais significativos canais universitários do Brasil (por veicularem programação das universidades federais, reconhecidamente as que reúnem as maiores comunidades em suas áreas de ação) sem ligação com entidades representativas, portanto, ausentes das estatísticas atuais dessas associações.

Tabela 1 – Televisões de IFES nas capitais brasileiras (I)

TV	Cidade/ Estado	Universidade	Associação
UFRGS TV	Porto Alegre (RS)	UFRGS	- desvinculada -
TV UFSC	Florianópolis (SC)	UFSC	ABTU
UFPR TV	Curitiba (PR)	UFPR	- desvinculada -
TV UniRIO	Rio de Janeiro (RJ)	UniRIO	- desvinculada -
TV USP	São Paulo (SP)	USP	ABTU
TV UFMG	Belo Horizonte (MG)	UFMG	Abepec

Tabela 2 – Televisões de IFES nas capitais brasileiras (II)

TV	Cidade/Estado	Universidade	Associação
UNB TV	Brasília (DF)	UNB	- desvinculada -
TVU	Campo Grande (MS)	UFMS	- desvinculada -
TVU	Cuiabá (MT)	UFMT	- desvinculada -
UFC TV	Fortaleza (CE)	UFC	- desvinculada -
TVU	Recife (PE)	UFPE	Abepec
TV UFBA	Salvador (BA)	UFBA	- desvinculada -
TV UFPB	João Pessoa (PB)	UFPB	ABTU
TVU	Natal (RN)	UFRN	- desvinculada -
TV UFAM	Manaus (AM)	UFAM	ABTU
TV UFG	Goiânia (GO)	UFG	- desvinculada -
TV UFES	Vitória (ES)	UFES	- desvinculada -
TV UFS	Aracaju (SE)	UFS	- desvinculada -
Total		**18**	

Fonte: autora.

Os dados obtidos neste levantamento foram resultado de pesquisa feita em consulta aos sítios das universidades federais situadas nas 27 capitais brasileiras, investigando-se a existência de canal de televisão em alguma das seguintes situações: como órgão suplementar, institucional, ligado à Assessoria de Comunicação das IES ou aos Cursos de Comunicação Social. De acordo com essa pesquisa, hoje há 18 televisões universitárias em operação somente através das instituições de ensino superior públicas federais nas capitais brasileiras. Dessas, 14 são transmitidas exclusivamente em canais por assinatura, devido à Lei 8977 (ver Tabelas 3 e 4). A TVU da UFPE, pioneira entre as televisões universitárias no Brasil, foi criada antes da existência da Lei, operando, portanto, através do espectro de sinal aberto, como TV pública educativa no Recife. Outros casos de transmissão pelo espectro aberto são a TVU (UFRN) - a única que possui também transmissão por assinatura -, e as TVs UFS e TVU da UFMT, com veiculação da programação em sinal aberto, mas integrando as grades dos canais públicos: TV Brasil e Cultura em Natal (RN), TV Aperipê em Aracaju (SE) e TV Brasil em Cuiabá (MT).

A TV USP, criada há 12 anos, integra o CNU junto a outras nove IES paulistanas. É o mesmo caso das TVs UFMG, que ocupa o Canal Universitário de Belo Horizonte, integrado por outras três instituições de ensino superior; TV UniRIO, que ocupa o UTV (Canal Universitário do Rio de Janeiro), junto a outras oito instituições, e TV UFES, que integra o CNU Vitória (Canal Universitário de Vitória). A TV UFC, do Ceará, mantém apenas um programa diário de 30 minutos, transmitido durante a programação da TV Ceará, um canal estatal mantido pelo governo do Estado no canal 17 da Net operadora por assinatura. Nas demais instituições de capitais de unidade federativa, não há televisão universitária em operação (UFRO - Rondônia, UFPA - Pará, UFAC - Acre, UFRR - Roraima, UFAP - Amapá, UFT - Tocantins, UFMA - Maranhão, UFPI - Piauí e UFAL - Alagoas).

Modelos de transmissão

Desde o surgimento e consolidação dos primeiros canais universitários, foram constituídos diferentes modelos editoriais e estruturais nas televisões das IES. A começar pela caracterização de inserção em universidades públicas ou privadas, o que opõe, de um lado, um modelo teoricamente detentor de maior autonomia na estruturação de um perfil editorial independente, por haver menor interferência de pressão comercial, a outro identificado com a auto-promoção de uma instituição que objetiva retorno financeiro.

É uma oposição que se pode definir entre prioridade pelo interesse público, através de programação identificada com a ciência, cidadania e valores locais; e prioridade pelo interesse privado, no caso das que buscam referendar-se estrategicamente no mercado do ensino superior, através da programação que trabalhe marketing institucional e fortalecimento das ações da entidade junto à comunidade. O que não quer dizer, contudo, que ambas as matizes caracterizadoras de um modelo majoritário (o que associa interesse público às universidades públicas, e interesse privado nas universidades particulares) não possam ser verificadas no modelo oposto. Um exemplo é uma universidade pública que faça a opção de centrar seu modelo editorial de televisão em auto-promoção dos dirigentes, numa clara estratégia de uso político do veículo que deveria servir à instituição de forma abrangente.

No caso do primeiro modelo (independente), ainda é possível traçar distinções entre perfis editoriais, que oscilam entre as televisões essencialmente institucionais, que priorizam o trabalho de assessoria de comunicação, divulgando de uma forma abrangente as atividades universitárias e utilizando-se, para isso, de servidores do quadro da instituição; as televisões-laboratório, que ancoram os programas nos resultados de disciplinas desenvolvidas pelos Cursos de Comunicação; e ainda um modelo híbrido, que mescla essas duas situações, sem identificar-se fortemente com uma ou outra.

É evidente que, ao se falar em modelo editorial independente, o objetivo é evidenciar uma relação de um órgão autônomo dentro de uma instituição federal, administrado por funcionários públicos de carreira, que possuem condições de traçar diretrizes e dirigir o núcleo de acordo com finalidades específicas e adaptadas ao caráter de uma televisão, o que não significa, contudo, que essas relações estejam imunes à interferência política e, portanto, a alterações editoriais resultantes de mudanças de administração nas universidades.

Quanto aos modelos estruturais, há três predominantes:

- TVs detentoras de canal próprio, modelo que é subdivido em:

a) programação unificada e transmissão em sinal aberto: modelo existente em raros casos, onde a emissora obteve a concessão como televisão pública e educativa, antes mesmo da Lei 8977 (caso da TV UFPE, a pioneira, e da última concessão, à TV UFG), e também encontrado para emissoras de instituições privadas (caso da Ulbra TV). É caracterizado pelo gerenciamento unificado da grade de programação, por não haver compartilhamento com outras instituições, ou – em casos atípicos, como a UFG, recém fundada e sem estruturação de grade própria – pela ancoragem de canal público de abrangência nacional (TV Brasil).

b) programação compartilhada e transmissão paga: ocorre maciçamente através da Net e outras operadoras de tv por assinatura em todo o Brasil, com uma distinção ainda de exibição operacional desvinculada (envio de fitas com a programação editada e gravada para ser veiculada em intervalos específicos) e exibição operacional conjugada (quando as próprias emissoras universitárias possuem antena de transmissão, sistema de programação independente e apenas emitem seu sinal à operadora de TV a cabo). É caracterizado como um Canal Universitário compartilhado por diversas instituições de ensino superior atuantes no setor audiovisual na área de abrangência da operadora de tv

paga. Apesar de não haver autonomia da totalidade da grade, todas as IES são consideradas detentoras do canal, por assim estarem amparadas através da Lei 8977.

-Produtoras periféricas: modelo característico de instituições que mantém um núcleo de produção audiovisual, entretanto com rendimento limitado. São produtoras periféricas em comparação às tvs detentoras de canal próprio, por oferecerem programas eventuais a canais alheios, que não tem vinculação direta com a universidade, e que veiculam esses programas inseridos em uma grade gerenciada por emissora independente da instituição de ensino.

Tabela 3 – Sistemas de transmissão nas televisões de IFES nas capitais (I)

TV	Ano de criação	Canal	Sistema de Transmissão/ Operadora	Características adicionais
TVU UFPE	1968	11 (VHF)	TV aberta	Compartilha o canal com a TVBrasil e TV Cultura
TVU UFMS	1997	14 (Net)	TV a cabo – Net	Integra a programação da TVCom
TV UFSC	1998	15	TV a cabo – Net	Programação em rede com a TV SESC.
TV USP	1998	11 (Net) e 71 (TVA) – analógico	TV a cabo – Net e TVA	Reúne nove universidades (Mackenzie, PUC, Unifesp, Unip, Uniban, Unicsul, Unisa e Universidade São Judas Tadeu e USP).
TV UniRIO	Não encontrado	16 – UTV (Canal Universitário do Rio de Janeiro)	TV a cabo – Net	Compartilhado com outras oito instituições (UniverCidade, Cesgranrio, Estácio de Sá, PUC, Gama Filho, Veiga de Almeida, UniRio e IME).
TV UFES	2001	13 - CNU Vitória (Canal Universitário)	TV a cabo – Net	Dividido com as TVs Faesa e UVV, abrangência em Vitória e Vila Velha.
TV UFMG	2003	14 (Oi) e 12 (Net) - Canal Universitário de Belo Horizonte	TV a cabo – Net e Oi TV	Compartilha o canal com outras três universidades (PUC Minas, UEMG e UNIBH)
TV UFPB	2005	22 (BigTV)	TV a cabo – BigTV	Ancorada na programação da TV Futura

Tabela 4 – Sistemas de transmissão nas televisões de IFEs nas capitais (II)

TV	Ano de criação	Canal	Sistema de Transmissão/ Operadora	Características adicionais
UFRGS TV	2005	15 – UniTV	TV a cabo – Net	Canal mantido pela PUC-RS, compartilhado com UniRitter, UFCSPA e UFRGS.
TVU UFRN	2005	5 (VHF) e 17 (Net)	TV aberta e TV a cabo	Integra a programação das TVs Cultura e TV Brasil
TV UFAM	2006	7 (VHF)	Aberta – TV Brasil	Transmite em rede com a TV Brasil.
UNB TV	2006	6	TV a cabo – Net	Próprio
TV UFS	2007	TV Aperipê	TV aberta – TV Aperipê	Um programa (UFS Ciência) integra a grade da emissora estatal
TV UFG	2010	14	TV a cabo – Net	Próprio – transmite em rede com TV Brasil.
UFPR TV	Não encontrado	15 (Net) e 71 (TVA)	TV a cabo – Net e TVA	Canal próprio
TVU UFMT	Não encontrado	2 (VHF)	TV aberta	Integra a programação da TV Brasil.
UFC TV	Não encontrado	17 – TV Ceará	TV a cabo – Net	Integra a programação do canal estatal
TV UFBA	Não encontrado	17	TV a cabo - Net	Próprio

Obs.: por ordem cronológica de inauguração.

Perspectivas para o paradigma digital

São vários os desafios enfrentados pelas TVs universitárias, especialmente nas instituições públicas, onde a disponibilidade de recursos para investimento em funcionários especializados e equipamentos enfrenta a burocracia e a concorrência com outras áreas consideradas prioritárias. Entretanto, hoje o sistema de televisão no Brasil encontra-se um período de convergência para a tecnologia digital, que deverá estar efetivado, de acordo com as normas estabelecidas pelo governo federal, até 2016.

A estruturação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD), criado em 2003, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, embora indicasse a intenção de proporcionar mecanismos que assegurem participação da sociedade civil nas decisões que podem significar diversidade e democratização na oferta de

programação da televisão digital brasileira, esbarra nas limitações impostas pela escolha do padrão japonês (ISBD-T), definido em 13 de abril de 2006. Esse modelo, entre outras questões, confere independência para as atuais emissoras na operação de transmissão, o que exige faixas de isolamento no espectro digital e limita o espaço para novos canais; e estabelece consignação de novos canais digitais por 10 anos às atuais empresas concessionárias, sem qualquer contrapartida. Tanto na Europa quanto no Japão, a implantação da televisão digital foi acompanhada da criação de Conselhos públicos, formados por representantes da sociedade civil, responsabilizados pelo acompanhamento das programações e fiscalização do cumprimento de percentuais mínimos para veiculação de programas educativos, culturais e locais, índices estabelecidos por lei como obrigatórios para as emissoras que operam em canal aberto.

No Brasil, a criação do SBTVD assegura, por enquanto, apenas quatro canais digitais para exploração da União Federal, que foram designados pelo Ministério das Comunicações como o Canal do Poder Executivo (divulgação de atos do governo); Canal de Educação (ensino à distância e capacitação de alunos e professores); Canal de Cultura (produções culturais e programas regionais) e Canal de Cidadania (programações das comunidades locais, incluindo atos e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal).

As produções das televisões universitárias poderiam ter lugar tanto no Canal de Cultura quanto no de Cidadania, sendo este último, de acordo com as manifestações de representantes do Ministério das Comunicações, o destino mais provável. No entanto, as direções das TVs universitárias e das entidades representativas da categoria têm realizado movimentações e, de acordo com informações da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, a ANDIFES (2009, *on-line*), conquistado apoio de representantes do governo federal para tentar assegurar um canal no espectro digital reservado exclusivamente às emissoras das universidades.

Uma das principais dúvidas das entidades ligadas às emissoras universitárias em relação ao SBTVD, após a definição inicial de apenas dois canais (da Cidadania e da Cultura), passíveis de abarcar a produção das televisões universitárias, reside na possibilidade de negociação de uma grade nacional partilhada, em oposição à reivindicação de espaço para transmissão regionalizada em tempo integral. Outra preocupação, para as televisões universitárias federais, relaciona-se ao fato de que o processo de convergência digital depende essencialmente do investimento público, até

mesmo para que as condições estruturais tenham viabilidade de dividirem o espectro com a produção de universidades privadas caracterizadas por altos investimentos em modernização tecnológica.

> Demandando investimentos volumosos, uma nova plataforma televisiva representa, por outro lado, não só o avanço e a oportunidade anunciados, mas igualmente risco à manutenção de pequenas emissoras, educativas, universitárias e até comerciais. [...] Para bancar as novas operações, terão que tentar capitalizar-se, solução que oscila entre o endividamento (público ou privado) e abertura de capital a investidores nacionais ou estrangeiros. (BOLAÑO, BRITTOS, 2006, p.176)

Um dos projetos em elaboração, visando superar essas limitações, é o Operador de Rede Pública, uma antena que congregaria as transmissões digitais das TVs públicas. É uma iniciativa recente e que vem sendo discutida frente à questão que opõe uma fase de transição tecnológica, apresentando novas perspectivas para as emissoras inseridas nos canais por assinatura, e ao mesmo tempo evidencia um processo em que as TVs públicas enfrentam o entrave do baixo investimento. A fraca penetração da TV paga nos domicílios brasileiros ainda é um impedimento para que a produção audiovisual alternativa, ou não hegemônica, alcance maior repercussão. Os últimos dados da Agência Brasileira de Telecomunicações (Anatel) identificam um aumento de 18,24 % no número de domicílios com assinatura de TV a cabo, chegando a 7,7 milhões de domicílios com acesso a esse tipo de transmissão.[3] Apesar de representar um crescimento significativo, se considerado que até 2006 eram pouco mais de 6 milhões de domicílios, o dado revela o abismo que separa o acesso à programação da televisão em sinal aberto, que hoje atinge até 99% dos domicílios brasileiros.

Para se pensar em democratização audiovisual, algumas dessas barreiras precisam ser derrubadas. A iminência da televisão digital é uma oportunidade histórica para a rediscussão do sistema televisivo brasileiro, que sempre priorizou o interesse privado. Manter as emissoras de interesse público relegadas à tv paga é marginalizar a possibilidade de fortalecimento e consolidação de uma produção audiovisual alternativa, que atenda à diversidade e à cidadania.

[3] Dados da Agência Nacional de Telecomunicações divulgados em 2010. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=19933>.

Referências

ANATEL. **TV por assinatura alcança 25,5 milhões de brasileiros.** Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=19933>Acesso em: 28 mar. 2010.

ANDIFES. **MEC apóia canal aberto para TVs universitárias.** Disponível em: <http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1704&Itemid=106> Acesso em: 21 nov. 2009.

BRITTOS, Valério. Televisão e barreira: as dimensões estética e regulamentar. In: JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério (orgs.). **Comunicação, informação e cultura:** dinâmicas globais e estruturas de poder. Salvador: Edufba, 2004. p.15-42

BOLAÑO, César. **Indústria Cultural:** Informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital:** exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007. p. 174-175.

BUCCI, Eugênio. A TV Pública não faz, não deveria dizer que faz e, pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **I Fórum Nacional de TVs Públicas**: Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 112p., p.13-19

MINISTÉRIO DA CULTURA. **I Fórum Nacional de TVs Públicas**: Diagnóstico do campo público de televisão. Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 112 p.

MOSCO, Vincent. **The Political Economy of Communication:** rethinking and renewal. London: Sage, 1996.

MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. In: SOUSA, Helena (org.). **Comunicação, Economia e Poder.** Porto: Porto Editora, 2006. p.13-28

PEIXOTO, Fabiana; PRIOLLI, Gabriel (Orgs.). **A televisão universitária no Brasil:** os Meios de comunicação nas instituições universitárias da América Latina e Caribe. São Paulo: UNESCO, 2004.

TORRES, Rodrigo. Televisão pública no Brasil: um estudo preliminar sobre suas múltiplas configurações. **Revista Contemporânea**. Rio de Janeiro: UERJ, v.7, n.12, p.27-39, jan/jun 2009.